

A HERANÇA FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO SEGUNDO MILITARES DOS EUA (1942-1945)

Dennison de Oliveira¹

Resumo: Este artigo examina a forma pela qual as autoridades militares estadunidenses descreviam e interpretavam o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) no Exército Brasileiro à época da Segunda Guerra Mundial. Os militares estadunidenses buscavam, com suas ações, atingir o objetivo maior da política externa militar dos EUA no sentido de *americanizar* o Exército Brasileiro, isto é, fazer com que suas doutrinas, métodos, táticas e as correspondentes armas, veículos e equipamentos fossem adotados pelos brasileiros.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial; Missão Militar Francesa; americanização do Exército Brasileiro

Abstract: This article examines the way in which the US military authorities described and interpreted the legacy of the French Military Mission (1920-1940) in the Brazilian Army at the time of the Second World War. The US military sought, through their actions, to achieve the ultimate goal of US military foreign policy to Americanize the Brazilian Army, that is, to make its doctrines, methods, tactics and the corresponding weapons, vehicles and equipment were adopted by Brazilians.

Key words: Second World War; French Military Mission; Americanization of the Brazilian Army

¹ Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pós-doutor em Estudos Estratégicos pelo INEST/UFF, pesquisa realizada sob a orientação do Prof. Dr. Vágner Camilo Alves e financiada por bolsa pos doc sênior concedida pela FAPERJ. E-mail: kursk@matrix.com.br

1 O projeto de *americanização* do Exército Brasileiro e o legado da Missão Militar Francesa no Brasil

Este artigo explora algumas descobertas paralelas a uma pesquisa recentemente realizada sobre as relações militares internacionais mantidas entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) durante a Segunda Guerra Mundial. Nesta pesquisa foi tomado como objeto de estudo as comissões militares conjuntas mantidas por ambos países durante aquele conflito. Para planejar e executar as extensas e complexas operações militares abrangidas pelo texto do acordo firmado por Brasil e EUA em 23.05.1942, o qual formalizou a aliança entre os dois países, foram criadas duas comissões conjuntas: a Joint Brazil United States Defense Commission – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos) com sede em Washington, EUA; e a Joint Brazil United States Military Commission – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos) com sede no Rio de Janeiro (RJ). Essas entidades eram compostas por militares brasileiros e estadunidenses e serão referidas daqui em diante por suas siglas originais em inglês ou sua cidade-sede: a comissão em Washington e a comissão no Rio de Janeiro. Na citação dos textos se conservou a terminologia da época na qual os estadunidenses eram referidos e se referiam a si mesmos como “americanos”. (OLIVEIRA, 2015, 39)

Ao fim da pesquisa foi possível estabelecer que, em ordem de importância, foram as seguintes as principais ações desenvolvidas pelos membros estadunidenses da comissão no Rio de Janeiro durante a Segunda Guerra Mundial, sempre em frequente contato com seus equivalentes na comissão em Washington: 1) agir como principal agência executora do programa do *Lend Lease* para o Brasil, tanto para compras civis quanto militares, 2) planejar e executar um amplo processo de criação de novas organizações militares brasileiras, incluindo escolas, oficinas, unidades combatentes e de serviços, 3) pressionar pela adoção por parte do Exército Brasileiro de normas, munições, armas e sistemas de armas exclusivamente de origem estadunidense, 4) organizar a disseminação das doutrinas estadunidenses no Exército Brasileiro por meio da seleção e envio de militares para estudar em academias e centros de treinamento nos EUA, 5) executar políticas não escritas, não só para vedar o

acesso brasileiro a tecnologias militares sensíveis, como também para desovar estoques de armas obsoletas, 6) treinar e assessorar a Força Expedicionária Brasileira no Brasil e na Itália, 7) planejar e executar em conjunto com a Embaixada estadunidense no Rio de Janeiro o domínio do mercado da aeronáutica civil brasileira por parte da indústria dos EUA, 8) tentar se opor à desmobilização da FEB, 9) gerenciar o tratamento e evacuação dos feridos de guerra brasileiros internados em hospitais dos EUA, 10) ajudar a organizar para o Exército Brasileiro o “projeto sul” de 1944. (OLIVEIRA, 2015; 111)

No esforço de dar conta destas tarefas, os militares estadunidenses da JBUSMC e seus colegas que também trabalhavam no Brasil, como o Adido Militar à Embaixada dos EUA, bem como com os oficiais de ligação destes, mantendo extenso contato com suas contrapartes brasileiras, bem como moraram, visitaram, trabalharam e ensinaram em instalações militares nacionais. Isso lhes deu uma visão privilegiada e geralmente precisa das características culturais e institucionais das forças armadas brasileiras, bem como das suas carências materiais e institucionais. Essa experiência foi usada pelos militares da JBUSMC para elaborar extensos relatórios, censos e diagnósticos da realidade militar brasileira e das formas para sanar seus muitos problemas – sempre de acordo com a política militar adotada pelos EUA em relação ao Brasil, no sentido de *americanizar* o Exército Brasileiro. Como resultado, esses militares estadunidenses foram responsáveis por planejar e executar um amplo processo de criação de inteiramente novas organizações militares brasileiras, incluindo escolas, oficinas, unidades combatentes e de serviços. (OLIVEIRA, 2015; 112)

Interessa examinar neste artigo um aspecto ainda não desenvolvido nas fontes legadas pela pesquisa, qual seja, a forma pela qual as diferentes autoridades militares estadunidenses descreviam e interpretavam o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) no Exército Brasileiro à época da Segunda Guerra Mundial. Os militares dos EUA então em serviço naquelas comissões buscavam, com suas ações, atingir o objetivo maior da política externa militar dos EUA no sentido de *americanizar* o Exército Brasileiro, isto é, fazer com que suas doutrinas, métodos, táticas e as correspondentes armas, veículos e equipamentos fossem adotados pelos brasileiros. Buscavam, desta forma, tanto fazer do Brasil um

país alinhado às suas preocupações e objetivos estratégicos, quanto tornar o país um mercado cativo do material bélico de origem estadunidense, excluindo da região a concorrência europeia.

Desta forma, os militares dos EUA que estudaram e descreveram as organizações militares brasileiras, podem ser considerados observadores privilegiados – ainda que comprometidos – das características culturais e institucionais que estas assumiam à época da Segunda Guerra Mundial. Para se lograr examinar a documentação legada por eles será feito, primeiro, um breve balanço das principais contribuições acadêmicas sobre o tema para, em seguida, serem comentadas e interpretadas algumas fontes que produziram sobre o assunto.

2 A Missão Militar Francesa na Historiografia: algumas constatações

A Missão Militar Francesa no Brasil durou duas décadas, exerceu enorme influência institucional, organizacional e política sobre o Exército legando, conseqüentemente, uma enorme literatura, tanto de testemunhos de época quanto acadêmica, cobrindo suas iniciativas e respectivas conseqüências. Dados os limites deste texto serão examinadas aqui apenas algumas das mais recentes referências sobre o assunto, num esforço de apontar as principais contribuições merecedoras de crédito e assinalar as descobertas e achados mais importantes destas pesquisas. Desta forma será possível contextualizar e interpretar os diferentes documentos produzidos por militares dos EUA sobre o legado da MMF no Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, desenvolvida na seção seguinte deste texto.

Um balanço dos consensos a respeito da MMF no Brasil pode ser encontrado em várias obras recentes. Neste autor se percebe, por exemplo, tanto o impacto militar quanto político legado pela missão, além das razões de seu declínio:

A MMF chegou ao Brasil num momento de grave crise da identidade militar, na qual a Revolução de 1930 foi um divisor de águas. Se antes de 1930

acreditava-se que a experiência da Grande Guerra representava o que de melhor a técnica francesa tinha a oferecer, após a revolução os oficiais estavam convencidos de que os ensinamentos da Guerra eram obsoletos. Já em 1925, quando Klinger combatia a Coluna Miguel Costa-Prestes, ele estava consciente de que a guerra de trincheiras não servia para o contexto nacional. Assim, lamentava que a guerra de movimento não fosse ensinada na Escola de Estado-Maior. Os resultados mais visíveis da Missão Militar Francesa no Brasil traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição. Começava a delinear-se a doutrina do Exército brasileiro. Com a chegada dos primeiros elementos da Missão refunda-se o ensino militar de aperfeiçoamento. A doutrina francesa foi adaptada ao contexto brasileiro, por doutrinários do Exército, que, conscientes de terem uma mensagem para transmitir à jovem oficialidade, adaptavam os escritos franceses à realidade nacional. Os esforços franceses contribuíram para a construção da imagem de um Exército unido, aumentando de certa forma o interesse pela política e pelas mudanças nas estruturas do país. A influência francesa se sentiu de diferentes maneiras, mas os ensinamentos foram adaptados à situação do Exército brasileiro, e muitos dos oficiais que obtiveram excelentes resultados nos cursos de Estado-Maior tiveram também uma importante atuação política. A MMF contribuiu para forjar o mito original do Exército, erguendo-o junto à Nação e conferindo-lhe uma missão e objetivos políticos. (ARAUJO, 2009, 79-80)

O General Bertoldo Klinger aqui citado foi um dos integrantes do grupo de oficiais conhecidos como os "Jovens Turcos", composto por militares enviados pelo Brasil à Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial. Após retornarem ao Brasil fundaram a Revista *A Defesa Nacional* para divulgarem suas experiências e propostas desenvolvidas a partir da vivência em unidades e academias militares alemãs. Seu propósito modernizador visava superar o arcaísmo e ineficácia da doutrina positivista até então vigente no Exército, tanto no sentido da profissionalização da força quanto no que se refere a adoção de métodos de guerra mais condizentes com a modernidade (RODRIGUES, 2011). A identificação de alguns membros deste grupo com a traição militar alemã fez de alguns poucos deles críticos da MMF e o caso de Klinger certamente se encaixa neste perfil. Contudo, suas críticas tem feito por merecer crédito desde então.

Uma das acusações recorrentes contra a MMF era de que sua ação teria resultado na imposição de uma doutrina militar pautada na ênfase na guerra defensiva, uma característica saliente da estratégia então adotada na França, cuja expressão máxima certamente foi a demorada e onerosa construção da Linha Maginot. É a isso que Klinger se referia ao mencionar que a guerra de movimento não era ensinada na Escola de Estado-Maior (EEM), com certeza o estabelecimento de ensino militar mais fortemente influenciado pelos franceses. Outros autores recusam que tenha havido tal ênfase em uma postura puramente defensiva, insistindo que esta seria apenas uma fase das ações preconizadas pela doutrina a qual, na verdade, enfatizava mesmo era a contra-ofensiva. (CORREIA NETO, 2006; 37).

O que se pode constatar é que a influência da MMF se exerceu de forma descontínua e localizada no Exército Brasileiro. Houve descontinuidade porque ao ensino e treinamento dos métodos e táticas francesas não correspondeu, necessariamente, o emprego para fins de instrução das armas, equipamentos e veículos que lhes correspondiam. É um fato estabelecido que, embora o governo francês almejasse usar da MMF para vender material bélico ao Brasil, seu fracasso nessa tarefa foi quase total. Foram generalizadas as críticas à venda de material usado, desgastado, por parte dos franceses ao Exército Brasileiro. Como resultado o Brasil acabou se voltando para outros países como a Alemanha, Dinamarca e Estados Unidos para comprar material bélico durante a vigência da MMF (MIALHE, 2010).

Obviamente que a adoção de fuzis, metralhadoras, canhões (OLIVEIRA, 2015), aviões (MELLO, 2012) e viaturas de tantos tipos diferentes em nada contribuía para a implantação de uma determinada doutrina militar, no caso, a francesa, entre os militares brasileiros.

Além de carecer de continuidade em sua implementação, a doutrina militar da qual a MMF era portadora também foi incapaz de exercer sua influência sobre o conjunto das unidades e efetivos militares brasileiros. Parece claro que a doutrina da MMF teria se exercido com intensidade diretamente proporcional ao nível hierárquico, isto é, sendo mais intensa no topo do que na base da pirâmide da distribuição de poder. Isso certamente tem a ver com as atribuições da MMF que, até 1934, se empenhou em reformar os estabelecimentos de ensino militar, a começar justamente pelos de mais alto escalão, como foi o caso da EEM, frequentada por coronéis e tenentes-coronéis, além da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), destinada a tenentes e capitães. A partir daquele ano a MMF passou a condição de órgão de assessoria do Estado-Maior do Exército nas ações de modernização e profissionalização da força. Sua influência sobre diferentes estabelecimentos de ensino e publicações especializadas rapidamente se ampliou (CARDOSO, 2010; 2014) sem, contudo, jamais se exercer de forma igualmente intensa em todas unidades e estabelecimentos militares.

Entende-se, pois, como foi fortíssima a influência da MMF entre oficiais e instâncias de alto escalão do Exército. A própria constituição de um Estado-Maior, a integral reformulação da EEM e a recriação do ensino militar de aperfeiçoamento para oficiais de nível intermediário são citados recorrentemente como os processos nos quais mais intensa e duradoura foi a influência francesa, alcançando até mesmo o pós-guerra.

Tal influência não teria se feito sentir de forma tão intensa se não fosse sua relação com a realidade brasileira, lograda através de sucessivas adaptações dos preceitos franceses. Em que pese o grau maior ou menor de afastamento da doutrina original francesa, é um consenso que, de fato, ao fim e ao cabo da MMF o Exército Brasileiro havia se transformado grandemente, ao adotar uma política institucional relativamente unificada, um padrão de atuação política e um conjunto de objetivos politico-institucionais que o capacitavam a tomar parte ativa nas grandes arenas decisórias.

Tais constatações foram nuançadas e atualizadas naquele que talvez seja o mais completo, detalhado e extenso trabalho dedicado à MMF, no caso, a tese de doutorado de Adriana Bellintani, defendida em 2009. Suas constatações podem ser resumidas no seguinte trecho:

É importante perceber que a modernidade da força terrestre aqui não é tratada apenas no campo técnico científico dos armamentos, mas e principalmente no campo das idéias. A MMF é, sem dúvida, responsável pela modernização do Exército Brasileiro pela instrução militar ministrada, pela doutrina militar defendida e, essencialmente, pela concepção de profissionalismo imposta e pela conscientização da importância de um exército forte e coeso para a sociedade e o estado. Com os franceses, cria-se, nos quartéis, uma mentalidade voltada para a importância moral do soldado, do homem de tropa e do oficial, conscientizando-o da relevância de seu papel junto ao poder político tanto na manutenção da ordem interna e externa, como na afirmação da hegemonia do estado frente a outras nações. (BELLINTANI, 2009; 547)

Alguns destes pontos merecem ser discutidos. Embora dispondo de abundantes acervos de fontes a embasar suas afirmativas, algumas afirmações da autora podem seguir sendo relativizadas. Por exemplo, no que se refere a instrução militar ministrada. É um fato estabelecido que o Exército Brasileiro no período entre-guerras sempre padeceu de graves limitações à instrução prática de seus quadros, tanto no que se refere ao processo formativo de oficiais e praças quanto no que diz respeito a manobras em campo de grandes unidades. As manobras em campo a que a própria autora se refere dizem respeito apenas e tão somente ao envolvimento dos quadros em treinamento, sem a participação de corpos de tropa (PELEGRINO FILHO, 2005).

Pouco ou nada é dito sobre a instrução prática dos praças em campo, presumindo-se que tenham sido raras e infrequentes. Também é notável que a autora não leve em conta a diversidade de armamentos empregados então pelos praças, quase toda ela armada

de fuzis Mauser alemães e das primeiras metralhadoras Madsen dinamarquesas. Nesse nível hierárquico mais baixo, que constitui a base da pirâmide de autoridade militar, só podemos presumir que a influência doutrinária francesa tenha se exercido de forma fraca ou insignificante, como se pode constatar no caso dos recrutados para irem à guerra além-mar, comentado adiante.

A concepção de profissionalismo, por força da atuação da MMF, certamente se consolidou mas, de um ponto de vista político, no sentido inverso ao pretendido pelos mestres franceses. Se na França a profissionalização do Exército levou ao seu afastamento da política, no Brasil ocorreu o contrário, levando os militares a reelaborarem sua atuação política no sentido da maior participação nas grandes questões nacionais e, lógico, na elaboração de uma política da instituição a ser implementada e, no limite, defendida diante de outros atores e instituições nacionais. Daí a importância de um exército forte e coeso, para o qual a Doutrina Goés Monteiro – um dos melhores alunos dos mestres franceses – seria a mais acabada e perfeita materialização (PINTO, 2009).

Não se percebe na argumentação dos diferentes autores evidências práticas, concretas, que se refiram a qualquer mudança significativa entre o tratamento destinado aos praças em decorrência da ação da MMF. Pelo contrário, existem evidências abundantes que aos recrutados se seguiu oferecendo insatisfatórias condições de vida e trabalho, levando a conhecida “aversão” da população ao recrutamento (CARVALHO, 2002). Neste quesito o Exército Brasileiro pouco havia mudado desde os tempos do Império.

Por outro lado, há evidência abundante a confirmar a transformação do papel do Exército Brasileiro nessa época, no sentido de tomar para si como missões a manutenção da ordem interna e externa. Nesse sentido, além da influência dos militares franceses da MMF, cabe notar o importante papel da experiência prática acumulada pelos militares brasileiros em sucessivas revoltas e revoluções na vigência da missão francesa, particularmente entre 1924 e 1938. Também no que se refere a hegemonia do Estado frente a outras nações nota-se a contribuição da MMF, em particular no que diz respeito às manobras, estudos e demonstrações relacionadas com a crítica fronteira comum com a Argentina (BELLINTANI, 2009).

Um outro aspecto fundamental da influência francesa diz respeito à resistência que, supostamente, teria se verificado na conversão para o padrão doutrinário dos EUA, quando da incorporação de tropas brasileiras ao Exército estadunidense em operações de combate além mar, ao final da Segunda Guerra Mundial. A tradição militar francesa foi recorrentemente entendida, por diversos autores brasileiros, como um óbice à modernização doutrinária proposta pelos estadunidenses à época da guerra. O peso representado pelo arcaísmo e defasagem da doutrina francesa que teria sido inculcada pela MMF teria sido, no limite, responsável pelos insucessos da Força Expedicionária Brasileira em ação de combate na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Em tempos recentes pelo menos um autor se empenhou em refutar tais afirmações, fazendo notar, por um lado, a similaridade de diversos aspectos da doutrina francesa e estadunidense. E, por outro, ao enfatizar a dificuldade em se incorporar determinada doutrina de guerra moderna – aliás, qualquer doutrina – por parte de militares pouco afeitos aos exercícios práticos e manobras em campo. As conclusões a que chegou, após o exame de vasta literatura e da compilação de numerosos depoimentos de veteranos de guerra são sintetizadas assim:

Apesar do consenso historiográfico, os problemas da FEB não se deveram primordialmente à transição doutrinária, mas à falta de treinamento e instrução militar sólidas que tinha suas origens em momento bem anterior ao embarque para o exterior. Esses problemas eram estruturais, e não conjunturais... A constatação é que, em alguns contextos, a carência material não pode ser invariavelmente considerada como o maior fator de obstrução da manutenção de alto grau de operacionalidade de uma força, uma vez que muito do material já utilizado no Brasil, embora datado, poderia ter perfeitamente sido empregado no preparo da FEB e em especial na garantia da operacionalidade do Exército de tempo de paz... A FEB não aprendeu a combater da estaca zero, mas precisou resgatar e adaptar conhecimento já inculcado, algo particularmente observado nos capitães aperfeiçoados e nos comandantes de

pelotões e baterias de formação mais recente. A maioria das praças da FEB já contava com ao menos um ano de serviço militar, e parcela também considerável já se encontrava no Exército desde 1942, devido à mobilização e reconvocação das classes de conscritos de 1919, 1920 e 1921. Não havia nenhuma razão relacionada com transição doutrinária para que se verificassem as limitações de instrução básica na Itália, algo que estava bem mais ligado a décadas de deplorável negligência dos programas de treinamento e instrução no período entre guerras. (MAXIMIANO, 2014; 70)

Em face de tais constatações, é o caso de indagar como os militares dos EUA, comprometidos com o projeto de *americanização* do Exército Brasileiro, encaravam e descreviam aquilo que consideravam ser o legado da MMF. A herança francesa era percebida? Em quais circunstâncias e como isso ocorria? O legado francês era visto como obstáculo ou incentivo à *americanização*?

O legado francês no Exército Brasileiro segundo militares do Exército dos EUA

A forma pela qual as autoridades militares estadunidenses se referiam ao legado da Missão Militar Francesa geralmente era favorável. Tal fato se expressa tanto na positividade com que se referem a diferentes organizações e métodos de origem francesa adotados no Exército Brasileiro, quanto no que diz respeito à similitude de ambos arranjos institucionais, o estadunidense e o francês. As observações de teor mais negativo parecem se referir a circunstâncias nas quais a herança militar francesa parecia se constituir em um óbice à pretendida *americanização* do Exército Brasileiro, ou então um tipo de reação à submissão à autoridade de um comando militar estrangeiro, quando em campanha além-mar.

Embora eventualmente pudesse ser tida pelas autoridades militares estadunidenses como entrave à almejada *americanização* do Exército Brasileiro o legado cultural francês também havia feito avançar, como visto, o processo de profissionalização, um pré-requisito desejável em qualquer iniciativa de modernização institucional e tecnológica como a pretendida pelos militares dos EUA.

Isso é o que se verifica justamente na primeira referência encontrada sobre o assunto, no caso, um relatório do Adido Militar à Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro ao Departamento de Guerra em Washington. Tradicionalmente são os adidos os indivíduos considerados como os mais bem informados sobre o estado das forças armadas dos países onde servem. Contudo, deve-se levar em conta que havia grande variação no estado de eficiência e prontidão operacional das diferentes unidades militares no Brasil, sendo as sediadas no Rio de Janeiro tidas como as mais bem aquinhoadas em termos de material e pessoal (OLIVEIRA, 2015).

Em quatro de setembro de 1942, ele relatou os resultados de sua visita à Escola de Sargentos de Infantaria do Exército Brasileiro, então localizada na Capital Federal. Naquela época o estabelecimento oferecia cursos de dez meses de duração divididos em dois períodos. No momento da visita contava com 143 estudantes, dos quais 74 no primeiro período de instrução e 69 no segundo. Em seu relatório é descrito que todas as atividades de instrução eram essencialmente práticas. O legado da MMF é descrito de forma bastante positiva, como se vê no seguinte trecho: "Sob a direção da Missão Militar Francesa a instrução é boa, e os sargentos saem muito bem treinados, embora o benefício final para o militar enquanto indivíduo seja pequeno por causa de seu curto período de serviço" (MA, 1945; 1).

Outra personalidade militar idealmente bem posicionada para observar e interpretar o estado de diferentes unidades do Exército Brasileiro era o General John G. Ord, representante do Exército dos Estados Unidos na JBUSDC em Washington. Ao final da guerra ele seria o principal proponente e executor das políticas militares de Washington para o Brasil formatando, por exemplo, a linha de ação a ser seguida pela diplomacia dos EUA com relação à desmobilização da FEB e as aquisições militares brasileiras sob a rubrica do programa do Lend Lease, dentre outros (OLIVEIRA, 2015)

Daí a importância de um documento redigido por Ord que contém extensas menções à herança francesa no Exército Brasileiro, no caso, o relatório de inspeção realizado nas defesas das bases aéreas mantidas pelos EUA no Brasil em 1943. O texto é particularmente valioso porque o General John Garashé Ord já era tido àquela época como o militar de alta patente em Washington melhor informado sobre o Brasil. Desde o ano anterior ele era o representante do Exército dos EUA na JBUSDC em Washington e,

em maio de 1943, já era a principal instância de consulta no processo de tomada de decisão sobre as aquisições brasileiras realizadas sob o Lend Lease. Todas aquisições brasileiras feitas sob os auspícios desse programa passavam pelo seu crivo, cabendo-lhe conferir – ou recusar – o necessário selo de prioridade militar a fim de garantir o enquadramento nos requisitos do programa de Empréstimo e Arrendamento. (OLIVEIRA, 2015)

O General Ord veio ao Brasil conhecer as providências defensivas tomadas pelos brasileiros para proteger as bases aéreas de Natal (RN), Recife (PE), Belém (PA), Rio de Janeiro (RJ) e Fernando de Noronha (PE). Em seu relatório ao Sub-Chefe do Estado Maior do Exército dos EUA ele descreve minuciosamente as instalações de defesa e os exercícios militares das guarnições encarregadas da proteção contra ataques aéreos e anfíbios destas localidades. Em geral o tom do relatório é francamente elogioso, havendo diversas menções à herança francesa, notada em diferentes métodos e procedimentos adotados pelos militares brasileiros que ele pôde observar.

Uma primeira menção aparece no item terceiro do documento. Ali se constata que, o treinamento de estado-maior em planejamento e a execução de operações táticas, são baseadas no modelo francês. O General Ord não vê antagonismo entre essa abordagem e aquela adotada anteriormente pelos EUA, embora note certa defasagem e seu caráter parcial: “O padrão de treinamento se aproxima daquele dado pela nossa Escola de Comando e Estado Maior anteriormente a 1938, exceto no que diz respeito ao suprimento em campanha” (ORD, 1943; 1-11)

Ord notou que os brasileiros não estavam interessados em mera cópia ou transposição dos métodos e técnicas francesas, mas sim na sua aplicabilidade à solução de problemas brasileiros o que, na prática, não teria ocorrido. Com relação a tática Ord entendia que ao instrutores franceses não haviam atendido as demandas expressas pelo comando brasileiro:

Há uma tendência geral para pensar em termos de defesa e contra-ataque. Eu fui informado que o Ministério da Guerra Brasileiro tinha instruído a Missão Francesa no sentido de enfatizar operações ofensivas e o espírito ofensivo. Eu acredito que as ideias francesas de defesa e contra-ataque, ao invés da tomada de iniciativa, foram impressas no Exército Brasileiro. (ORD, 1943; 3)

Na análise do General Ord é possível se notar que algumas armas ou serviços teriam sofrido a influência francesa de forma mais intensa do que outras. Aparentemente as unidades de artilharia e infantaria que ele observou teriam sido as mais intensamente afetadas pela influência francesa, em comparação com as demais do Exército Brasileiro.

Em Recife (PE) eu vi um batalhão de artilharia em apoio de um regimento de infantaria. O problema em questão dizia respeito a um contra-ataque por um batalhão de infantaria. A artilharia parecia bem posicionada, com o tipo francês usual de concentrações planejadas sobre posições inimigas conhecidas... O treino de infantaria é similar ao modelo francês anterior ao início da guerra atual... os fuzis automáticos são bem empregados de acordo com a prática francesa (ORD,1943;4)

A tradição militar francesa não foi a única cuja influência foi notada. A viagem de inspeção do general estadunidense pelas guarnições do Nordeste foi extensa, abrangendo uma diversidade de organizações militares brasileiras. Surpreendentemente, a influência alemã também foi observada, aliás, de forma bastante enfática, como no caso singular da guarnição do arquipélago de Fernando de Noronha.

O comandante, General Mendes de Moraes e seu Chefe de Estado Maior, Major José A. Pavel, exibiam a influência da Missão Francesa e, adicionalmente, eles e sua guarnição refletiam os métodos de treinamento alemães. A atmosfera do Posto de Comando e o comportamento dos oficiais quando em presença do comandante eram fortemente germânicos. Este foi o único lugar do Brasil onde eu vi essa influência alemã. O comando e seu estado-maior foram cordiais, hospitaleiros e me mostraram todos planos defensivos sem a mais leve indicação de qualquer reticência ou de falta de confiança. (ORD, 1943; 10)

Em suas conclusões ao relatório de inspeção o General Ord concluiu que o Brasil tinha uma política militar estabelecida e um exército de verdade, sendo que o treinamento básico era francês, o qual era bem entendido por todos seus integrantes. No que se referia às armas de artilharia empregadas notou uma diversidade de fornecedores, sendo citados franceses, alemães, ingleses e, mais recentemente, os estadunidenses, o que tornava urgente a padronização. (ORD, 1943;11)

O depoimento de Ord se torna ainda mais relevante se levarmos em conta sua ascendência francesa. Na origem os Garasché são uma tradicional família de comerciantes da cidade portuária de La Rochelle na França, a partir de onde mantiveram intenso intercâmbio e residência eventual nas colônias francesas do Caribe já a partir do século XVIII. No século seguinte já contavam diversos militares a serviço do Exército dos EUA e, na Guerra de Secessão, forneceram oficiais para o exército dos confederados. É altamente provável que os Garasché cultivassem, de forma ainda mais acentuada que a média dos estadunidenses cultos, suas ligações com a cultura e a pátria ancestral dos seus antepassados franceses. Daí o crédito de que são merecedoras suas observações (PALMER, 2008).

É um fato estabelecido que o principal objetivo político e militar das autoridades estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial era *americanizar* o Exército Brasileiro. Para tanto, dentre outros recursos de poder disponíveis, se empenhavam em enviar oficiais brasileiros para estudar e estagiar em estabelecimentos de ensino e unidades militares de diferentes armas e serviços nos EUA. Tal esforço, em muitos casos, tinha que se contrapor à formação previamente adquirida pelos militares brasileiros em outros países.

Daí o interesse que despertava, da parte do Adido Militar estadunidense no Rio de Janeiro, o conhecimento da formação escolar precedente dos oficiais brasileiros, em especial dos cotados a integrar a futura Força Expedicionária Brasileira. Estes oficiais seguiriam ainda naquele ano para os EUA para estudarem os métodos e técnicas de Estado Maior do Exército estadunidense em Fort Leavenworth.

Embora naquela época a preocupação central fosse aferir os diferentes graus de fidelidade política de cada um destes oficiais à causa dos Aliados, diversos documentos também contém informações sobre a formação de origem francesa destes oficiais. Em 30 de julho de 1943, o Adido Militar enviava um ofício ao Membro Sênior do Exército dos EUA na JBUSMC, Coronel John E. Strong, em que relatava que o Coronel Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, ex-comandante da ECEME, havia cursado a Escola Superior de Guerra na França. Este também era o caso dos Tenentes-coronéis Humberto de Alencar Castello Branco e Nestor Penha Brasil que igualmente haviam se graduado pela École Supérieure de Guerre (MA, 1943;22-24).

O Adido Militar à Embaixada dos EUA contava com o auxílio de diversos oficiais de ligação, lotados nos comandos das diferentes Regiões Militares nas quais se dividia o Exército Brasileiro. Através deles recebia informações destas localidades e até mesmo de organizações militares situadas no próprio Rio de Janeiro, resultado de visitas que estes adidos de outras regiões militares faziam à Capital Federal. Por exemplo, naquele mesmo ano de 1943 foi redigido um dos mais completos e detalhados descritivos da Escola de Estado Maior (EEM), resultado de uma extensa e reveladora visita que realizou à este estabelecimento de ensino o então major de infantaria do Exército dos EUA Walter E. Myers, então Oficial de Ligação lotado na Quinta Região Militar, com sede em Curitiba (PR).

O Major Myers abre o texto estabelecendo que a motivação da visita à EEM era garantir o registro de impressões em primeira mão sobre a instituição que, segundo ele, mais do que qualquer outra, era o principal fator na formação da psicologia do oficialato brasileiro, tema sobre o qual já algum tempo vinha se interessando enormemente. Para ele a EEM exercia uma influência poderosa ao moldar o caráter, a mentalidade e a atuação política dos oficiais destinados aos mais altos postos da hierarquia militar.(MA, 1943; 24)

Além de lhe ter sido franqueado amplo acesso às dependências da Escola, Myers teve a oportunidade de participar de algumas atividades didáticas ali desenvolvidas, bem como falar livremente com o comandante daquele estabelecimento de ensino, o então Coronel Fernando de Saboia Bandeira de Mello, além de membros do seu Estado Maior. Finalmente, foram fornecidos a Myers dois dos

mais importantes documentos produzidos por aquela escola: o Programa de Instrução para o Ano Escolar 1943-1944 e o Regimento Interno da EEM para o mesmo período. As conclusões a que chegou a partir daquela visita e da leitura destes documentos foi a seguinte:

O programa de instrução exibido nos documentos anexos é um resultado evolutivo da Missão Militar Francesa, a qual em 1920 reformulou completamente a instituição precedente. Em relação à antiga frouxidão de controle e insuficiência na preparação, esta missão, sob o General Gamelin, instituiu o treinamento o qual frequentemente é caracterizado como longo demais, minucioso demais, intensivo demais e rígido demais. Atualmente, a marca da influência francesa permanece, mas está naturalmente desaparecendo. Antes, praticamente todo formado pela EEM tinha proficiência na língua francesa, além de completamente familiarizados com a História francesa e muito favoravelmente impressionados por tudo que dissesse respeito a França. Esta atitude dos oficiais de Estado Maior se infiltra nos demais grupos de oficiais, e o conhecimento do idioma francês é uma distinção desejável. Quando estive no Brasil pela primeira vez, em setembro de 1942, isto era extraordinariamente notável. Não importa quantas línguas um oficial possa conhecer, ele constantemente reverte para o francês na primeira oportunidade. Hoje, há uma tendência natural acentuada para o uso do inglês, mas levará anos para a força da influência francesa desaparecer inteiramente do Exército. (MA, 1943; 25)

Ao fim do documento o autor conclui haver algum consenso entre os membros da Escola com relação à necessidade de "modernização" e "condensação" do curso ali oferecido, expressando a crença de que a busca pela perfeição que ali se verificava era geradora de tensões e sacrificava a espontaneidade do que ele chamava de "componente de brutalidade e prontidão", essencial na maioria das fases da guerra moderna. (AD, 1943; 27)

Essa característica era particularmente visível nas manobras no terreno que havia tido a oportunidade de participar, as quais lhe pareciam mais encenações num palco que manobras à céu aberto.

Em que pesem as críticas o autor reconhecia que se tratava de uma formação ampla e fundamentada. Para ele a EEM de fato combinava várias escolas em uma só ao oferecer instrução intensiva em tática e estratégia, formação em cultura geral e, lógico, preparar os estudantes para exercer tarefas de Estado Maior. O autor colocava em contraste, ao fim do seu texto, a permanência destes “velhos métodos franceses de precisão” com o curso condensado então oferecido em Fort Leavenworth, bem como o plano de “um-ano-de-trabalho-em-quatro-meses” da Escola de Estado Maior dos britânicos, para exemplificar o nível de dificuldade a ser encontrado quando de uma futura implementação das muitas e necessárias mudanças. Suas recomendações foram expressas assim:

A EEM oferece a nosso país uma oportunidade concreta. Nós devemos aplicar, em alguma forma ou grau, o raciocínio que sem dúvida está por trás da atuação da Missão Francesa. Se estivermos devido a qualquer razão relutantes em considerar outra “missão”, nós deveríamos pelo menos tentar lograr abrir oportunidades para estabelecer contato próximo com a elite do Exército Brasileiro no momento e sob condições que sejam intensamente favoráveis para nós. Eu tenho sido frequentemente indagado porque nós não enviamos professores ou, pelo menos palestrantes. É apontado que assim os estudantes poderiam até se familiarizar com nosso exército, nosso governo e nossa ideologia. Não pretendo desenvolver esse ponto aqui, uma vez que as vantagens são tão evidentes e as possibilidades bem contingentes. Os custos seriam negligenciáveis, uma mecânica de operação simples, os benefícios variados, de longo alcance, duradouros. Minha informação presente será suplementada e submetida, se desejado, na forma de recomendações definitivas.

Assina Major Infantaria Walter E. Myers, Oficial de Ligação Militar, Quinta Região Militar, Curitiba (MA, 1943; 28)

Este mesmo oficial voltaria a mencionar a tendência ao excesso de treinamento na formação dos oficiais do Exército Brasileiro ao comentar as manobras a que assistiu em dezembro de 1943, no caso, os exercícios de campo do Curso Regional de Aperfeiçoamento de Intendência, no caso, da 5ª Região Militar, onde então servia. Em contraste com a ênfase nos estudos e planejamentos minuciosos, atribuídos à herança francesa, os recursos disponíveis para o exercício eram pífios, consistindo exclusivamente de meios hipomóveis, capazes de rodar apenas em velocidades ínfimas e em estradas bem conservadas. Quase toda capacidade de carga destes arcaicos meios de transporte era dedicada à alimentação dos próprios animais que os tracionavam. Não admira que ele se refira a estes métodos como "medievais". (MA, 1943;30-31)

Além do oficial estadunidense da Quinta Região Militar com sede em Curitiba também o Oficial de Ligação da Nona Região Militar com sede em Cuiabá (MT) forneceu informações sobre a herança francesa do Exército Brasileiro ao Adido Militar no Rio. Em 29 de novembro de 1943 foi redigida a seguinte avaliação, sob o tema "Organização da 9ª Região Militar". As informações foram prestadas pelo Chefe da Segunda Seção do Estado Maior da 9ª Região, o então Major Euryale de Jesus Zerbini:

A 9ª. Região foi organizada de acordo com os planos preparados pela Missão Militar Francesa, encabeçada pelo General Gustave M. Gamelin. Deveria ser criada uma divisão de infantaria com quartel-general em Corumbá. Isto nunca existiu exceto no papel. Deveria ser instalada uma brigada mista em Aquidauana... As unidades nesta 9ª. Região Militar deveriam ser triangulares. Isto é, cada unidade deveria ser fracionada em outras três, duas para combate e uma em reserva... Cada batalhão, encabeçado por um coronel ou tenente-coronel, deveria ter três companhias. Cada companhia chefiada por um capitão, deveria ter três pelotões. Cada pelotão, comandado por um tenente, deveria ter três "grupos de combate" (em português no documento original). Um "grupo de combate" deveria incluir treze homens, um dos quais deveria ser o sargento comandante. (MA, 1943; 32-33)

O ano seguinte seria marcado pela concentração das diferentes unidades que comporiam a Força Expedicionária Brasileira no Rio de Janeiro e o subsequente envio de seu primeiro 1º escalão para o front além-mar. Naquele contexto aumentou a demanda por informações sobre o Exército Brasileiro, por exemplo, como aquelas que constavam do questionário preparado previamente à viagem ao Brasil do Coronel Hobbs, designado Chefe da Seção Terrestre do Exército dos EUA na JBUSMC no Rio de Janeiro. O documento se compunha de uma série de indagações distribuídas em onze itens e diversos subitens. No que dizia respeito ao oficialato brasileiro, este documento de 23 de fevereiro de 1944 informava que eram tidas como elevadas suas habilidades militares, baseadas em padrões franceses do pré-guerra. (HOBBS, 1944;38)

Em abril de 1944 o Adido Militar na Embaixada Estadunidense no Rio de Janeiro voltava a informar a seus superiores no Departamento de Guerra em Washington sobre os preparativos para o envio da FEB para o exterior. Também nesse documento há menção à influência doutrinária francesa, no caso, sobre a artilharia. O trecho é extremamente relevante, uma vez que a distinção entre as abordagens francesa e estadunidense no que se refere ao emprego da artilharia voltaria a se fazer notar no ano seguinte, quando a Força Expedicionária Brasileira já acumulava vários meses de ação de combate, sempre subordinada ao IV Corpo de Exército do V Exército dos Estados Unidos na linha de frente na Campanha da Itália.

O documento é datado de 27 de abril de 1944 e sua fonte são as informações prestadas pelo Major Moacyr de Araújo Lopez, na época estava servindo no Estado Maior do Exército Brasileiro. O Major Lopez estava muito bem informado e, àquela altura, contava com vários anos de experiência como instrutor em táticas e ações de armas combinadas. Ele comparava assim as duas abordagens:

Ele acredita que o sistema de fogo de artilharia em massa é superior ao sistema francês que sacrifica cadência e volume de fogo em proveito da acurácia. Mais ainda, o sistema estadunidense de instrução por demonstração e prática é mais adequado para as condições brasileiras do que o sistema francês... Comentário: ... 2) instrutores de artilharia em Fort Sill tem feito excelente trabalho com oficiais estrangeiros. 3) O alto "espírito-de-corpo" (em francês no original) da artilharia se mostra na determinação de vencer ou perecer. (MA, 1944; 42)

Uma primeira referência negativa à herança francesa no Exército Brasileiro só foi aparecer num documento de 23 de setembro de 1944, quando a FEB contava pouco mais de uma semana de ação de combate no Vale do Rio Sercchio no front italiano. As informações apareceram numa avaliação que os membros estadunidenses da JBUSMC fizeram do treinamento e organização médica da FEB que, por sua vez, foi remetida ao comando do Teatro de Operações do Mediterrâneo.

A organização do Serviço Médico da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e unidades anexas são satisfatórias. Tem sido notado, contudo, que os oficiais brasileiros frequentemente tentam de pequenas formas modificar a organização para fazê-la em conformidade com a velha organização francesa do restante do Exército Brasileiro. (MA, 1944; 43)

A ação de combate da Força Expedicionária Brasileira parece ter criado oportunidades de fazer aflorar diferentes manifestações da herança francesa no Exército Brasileiro. O assunto foi abordado em diversas passagens da célebre conferência proferida pelo Comandante do IV Corpo de Exército dos EUA, General Willis D. Crittenger ao General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, bem como membros do seu Estado Maior. O evento transcorreu no Posto de Comando da FEB em Porreta Therme em 3 de fevereiro de 1945.

Importa examinar nesse documento tanto as menções diretas à herança francesa, quanto as indiretas, na forma de referência a outras influências culturais não explicitamente especificadas, como se vê.

Recentemente tenho ouvido muita conversa nesta divisão sobre ensinamentos de artilharia francesa, em contraste com outros métodos. E é para este tema que dirijo agora minhas observações. O pleno efeito da flexibilidade do fogo de artilharia pode ser melhor obtido pela concentração de grandes massas de artilharia sob uma direção de fogo comum. Os mais altos graus de coordenação e

cooperação são requeridos em tal controle centralizado. Manifestamente, isso não será de nenhuma utilidade se, em algum lugar na massa supostamente homogênea, há uma unidade que está constantemente apresentando algum outro método diferente do que o resto está usando. Numa máquina que funciona harmoniosamente, você não pode ter uma simples engrenagem que falha em rodar com toda sua força na direção apropriada. Assim, tendo isso em vista, vamos esquecer a ênfase no método francês – ou em qualquer outro método, exceto o método Exército-Aliado-na-Itália-1945. Este é o único que está vencendo. E é disto que temos que cuidar. (CRITTENBERGER, 1945; 58)

O esforço de enquadramento dos militares brasileiros nos métodos então empregados também apelava para o exemplo negativo. O General Crittenberger enfatizou o caráter superado da herança militar francesa, tornada irrelevante face a derrocada dos exércitos franceses diante da invasão alemã de 1940. No subtítulo de sua conferência intitulado “Nosso único objetivo é ganhar a guerra” ele comenta:

Os métodos atualmente empregados nos exércitos aliados na Itália são aqueles que tem sido considerados bem sucedidos neste teatro, nesta guerra. De diversas maneiras esses métodos representam uma mudança das doutrinas anteriormente ensinadas e aceitas em diversos exércitos no mundo. Por exemplo, todo conceito de emprego e eficiência de blindados foi submetido a uma mudança completa nos últimos cinco anos. Já é de conhecimento comum que uma das razões decisivas para a desastrosa derrota dos exércitos franceses em 1940 foi a atitude e ensino franceses extremamente defeituosos no tema da mecanização. Ninguém menos do que o General De Gaulle em pessoa frequentemente assim o declarava. Desde 1940 nós temos sido rápidos em

mudar este conceito, porque causou a derrota da França, e estamos buscando por métodos que vençam. (CRITTENBERGER, 1945; 63)

Deve-se levar em conta o tempo considerável que Crittenberger dedicou a essa tópico em sua palestra. No caso, há menções a questão em cinco das dezessete páginas do documento. Levando em conta tal evidência só podemos concluir que, de fato, havia um problema de adaptação da cultura precedente dos militares brasileiros em ação na Itália aos métodos estadunidenses. Inversamente, é notável que Crittenberger não se refira ao caráter eminentemente estadunidense das táticas adotadas sob seu comando, mas sim aos *métodos do V Exército*, definidos numa base racional, ao invés de nacional.

Não importa que escola de pensamento nós representamos em nosso treinamento e formação anterior, todos nós estamos agora interessados naqueles métodos que se provaram bem sucedidos contra os alemães nesta campanha. Esses são os métodos que o Quinto Exército prescreve, e esses são os métodos que serão seguidos no Quarto Corpo. Nós não estamos interessados em métodos que possam vir a ser bem sucedidos. Ao invés disso nós iremos usar os já provados, aqui mesmo na Itália... No Quinto Exército nós preferimos operar no Método dos Apeninos. Não vamos deixar que haja nacionalidade envolvida nos métodos de condução bem sucedida da guerra. Na escolha de nossos métodos nós estamos interessados somente naqueles que são bem sucedidos. E, a despeito da nacionalidade de nós mesmos ou dos métodos, o senso comum irá ditar aqueles que nós empregaremos para vencer. (CRITTENBERGER, 1945; 64-65)

Em um documento datado de 26 de março de 1945 o representante do Exército dos EUA na Comissão do Rio se dirigia ao seu equivalente na Comissão em Washington, com relação à viagem proposta para o General Gustavo Cordeiro de Farias aos Estados Unidos.

Era grande a expectativa das autoridades militares dos EUA com relação a esta viagem. O General Gustavo Cordeiro de Farias havia sido nomeado Diretor de Ensino do Exército Brasileiro, dando a ele autoridade sobre a Escola Militar de Resende que formava aspirantes à carreira de oficial, as escolas preparatórias de cadetes de Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre, a Escola Técnica do Exército, a Escola de Artilharia de Costa, de Educação Física, Moto-Mecanização, Intendência, Saúde, Veterinária, Transmissões, Artilharia Antiaérea e o Centro de Instrução de Especialistas, originalmente destinado a formar quadros para a FEB.

Embora o autor do texto tenha encontrado equivalentes a estes estabelecimentos de ensino em diversas organizações militares dos EUA, ele mesmo reconhecia que as escolas eram comparáveis apenas no nome, uma vez que "... A maioria das escolas do Exército Brasileiro são baseadas no sistema francês de educação militar, mas é desejo do General Cordeiro de Farias reorganizar todas escolas de acordo com diretrizes americanas" (KRONER, 1945;69)

O nome do General Gustavo Cordeiro de Farias voltaria a ser citado como empenhado na *americanização* dos estabelecimentos de ensino militar em outro documento de 28 de julho 1945. Nele é relatado ao membro sênior da JBUSMC os resultados da observação de uma manobra realizada pelos cadetes da AMAN em Resende (RJ). A convite de Cordeiro de Farias dois tenentes-coronéis, dois majores e um capitão do Exército dos EUA assistiram às manobras de graduação dos estudantes do terceiro ano daquela academia militar. (LIBERTY, 1945; 81)

No total as manobras envolveram 71 oficiais, 199 soldados e 1.130 cadetes do terceiro e alguns do segundo ano daquela escola. As armas, munições e equipamentos empregadas foram descritas como sendo "brasileiras". O termo requer um esclarecimento. Há tempos o Exército Brasileiro vinha se armando com fuzis Mauser. Os modelos observados provavelmente já teriam sido convertidos para o padrão "Mosquetão" (1934). Além destes também haviam metralhadoras Madsen, compradas entre 1932 e 1934. Somente depois do fim da guerra é que o Brasil teria capacidade industrial para fabricar tais armas, embora o processo de conversão mencionado já fosse inteiramente realizado em estabelecimentos fabris nacionais (OLIVEIRA, 2015). Não se pode, pois, tomar ao pé da letra o caráter "brasileiro" a que alude o militar estadunidense.

Todo material empregado no exercício é descrito como sendo “brasileiro” com exceção de alguns itens procedentes dos EUA como rádio, um pelotão de tanques leves M3A3 Stuart, um pelotão de tanques médio M3A5 Lee/Grant, um pelotão de canhões antitanques 37mm M2A1, uns poucos jipes e caminhões. No todo, a avaliação que o autor do documento faz da manobra é bem crítica, notando falta de supervisão, armas sujas, caráter irrealista dos procedimentos, etc. Em suas conclusões diz que:

O tipo de instrução Franco-Brasileiro ainda está sendo empregado na Academia intercalado com novas ideias obtidas dos manuais e publicações de serviço americanos. Há uma decidida falta de equipamento para treinamento de campo apesar da Academia estar bem equipada para o trabalho teórico e de sala de aula. Todos jovens instrutores brasileiros exibem o desejo em suas discussões com oficiais americanos de ter mais equipamento do Exército dos EUA na escola.

Assina: Major de Infantaria Wallace C. Liberty, G-3 em exercício (LIBERTY, 1945; 84)

O trecho em questão é do maior interesse, uma vez que revela um estágio até aqui não percebido, por parte dos pesquisadores que se dedicaram ao assunto, do processo de transformação cultural e institucional pelo qual passou o Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Pelo menos na recém-criada Academia Militar das Agulhas Negras, dedicada a formar os futuros oficiais do Exército Brasileiro estaria sendo praticado um “... tipo de instrução Franco-Brasileiro... intercalado com novas ideias obtidas dos manuais e publicações de serviço americanos.” Obviamente que ainda haveria um longo caminho até se lograr a total *americanização* do Exército Brasileiro. Se tomarmos em seu sentido literal as conclusões deste observador estadunidense tal processo estaria, ao fim da Segunda Guerra Mundial, apenas em seus primórdios, pelo menos na recém-criada AMAN.

O processo de *americanização* do Exército Brasileiro jamais lograria êxito se não contasse com a franca e entusiasmada colaboração de altas autoridades militares do Brasil. Um dos mais empenhados em contribuir para a *americanização* do Exército era o General Gustavo Cordeiro de Farias. Em um documento datado

de 1º/08/1945 endereçado ao membro sênior do Exército dos EUA na JBUSMC, o então chefe da Seção Terrestre, Coronel Strong notava que Cordeiro: "... tem indicado que não está satisfeito com a equipe de ensino da Academia Militar brasileira em Resende e tão logo a Escola de Aperfeiçoamento seja organizada ele planeja uma reorganização da Academia para incluir os métodos de instrução e o equipamento do Exército dos EUA" (STRONG, 1945; 89). Em seguida ele copia literalmente a observação, já manifestada pelo citado observador às manobras na AMAN, subscrevendo a tese de que a Academia Militar das Agulhas Negras empregava um tipo franco-brasileiro de instrução entremeado com ideias tiradas de publicações militares estadunidenses.

Conclusão

As evidências aqui examinadas sugerem que a herança cultural e institucional da Missão Militar Francesa ainda era extremamente forte em diversos órgãos e unidades militares brasileiras. Os documentos gerados pelas autoridades militares dos EUA em serviço no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial confirmam a continuidade da influência francesa de forma extremamente intensa na Escola de Estado-Maior e em vários dos oficiais de alta patente. No que se refere aos procedimentos operacionais e táticos legados pela MMF foi notada sua persistência inclusive em diferentes efetivos de praças, fossem em unidades de nível de batalhão, fosse na Escola de Sargentos.

Em parte alguma a herança cultural francesa foi mais contestada do que durante as operações em combate da Força Expedicionária Brasileira na frente italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Pelo menos no que se refere ao ponto de vista do comandante do IV Corpo de Exército dos EUA, verificava-se a prolongada permanência de certo tipo de tática de artilharia de estilo francês entre os febianos até o início de 1945, o que ele reputava como negativo.

No que se refere aos demais testemunhos e evidências fica difícil se perceber qualquer antagonismo real entre a doutrina militar dos EUA e aquela de origem francesa, até então adotada pelo Exército Brasileiro. E, no que diz respeito às avaliações negativas que faziam diferentes autoridades militares estadunidenses da herança cultural

e militar francesa, parece claro que tal era recorrentemente usada para se referir às insuficiências e limitações de ordem material de que padecia o Exército Brasileiro, sempre submetido as limitações de um exército de país subdesenvolvido e pensado fundamentalmente como força militar de tempo de paz.

O aspecto mais relevante das observações dos militares dos EUA com relação à cultura e organização institucional militar brasileira certamente se deve à fusão, senão superposição, de orientações e métodos de diferentes origens nacionais. Tal é o caso das menções ao tipo de instrução Franco-Brasileiro intercalado com ideias dos manuais e publicações estadunidenses. Temos aí o que parece ser um novo estágio da transição doutrinária e institucional do Exército Brasileiro que, certamente, fará por merecer investigações adicionais por parte dos pesquisadores do assunto.

Bibliografia

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército Brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? Revista Esboços no. 20 UFSC, 2008, 245-273

_____, Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). In: Militares e Política, Número 5, julho-dezembro 2009, pp. 65-81

_____, Missão Militar Francesa. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/.../MISSÃO%20MILITAR%20FRANCESA.pdf Acessado em 29/11/2015

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A missão militar francesa no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1994.

BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Doutorado História UnB, 2009.

_____, A disputa franco-germânica por influência no Brasil (1920-1930). Examãpaku, vol. 4. n.2, 2012

CARDOSO, Rachel Motta. O serviço de Saúde do Exército no período entreguerras. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

_____, As revistas militares de saúde e seu cenário científico no Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (1910-1931) XVI Encontro Regional da ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

CORREIA NETO, Jonas. Missão Militar Francesa. DaCultura, Ano V, no. 8, pp. 34-39

GARCIA, Eugênio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, pp. 173-200

McCANN JR., Frank D. **A aliança Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

_____, Soldados da Pátria. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002
MARCUSO, Marcus Fernandes. A modernização da educação militar brasileira: a experiência da Escola Militar do Realengo (1913-1922) Trilhas pedagógicas, v. 1, n. 1. Ago. 2011, p. 65-79

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Adaptação sob Fogo: o aprendizado da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária em Combate, 1944-45 **Colec. Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 59-73, jan./abr. 2014 pp. 59-73**

MELLO, Gustavo. Idas e vindas de um relacionamento nada cordial: pelos bastidores da Missão Militar de Aviação. Id. em Dest., Rio de Janeiro, set./dez. 2012; (39):79-91.

MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. In: Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010 pp. 89-119

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A contratação de Missões Militares Estrangeiras no Brasil e na Argentina no início do século XX: um estudo comparativo. Disponível em www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=255 Acessado em 29/11/2015

OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba, Juruá, 2015.

PALMER, J. L. Atlantic Crossings: race, gender and the construction of families in eighteenth century La Rochelle. University of Michigan, PhD Thesis, 2008.

PELEGRINO FILHO, Ary. A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME. PADECEME, Rio de Janeiro, Edição Especial, 2º quadrim. 2005, pp.10-20

PINTO, Sergio Murillo. Góis Monteiro e a política do exército. In: Militares e Política, Número 5, julho-dezembro 2009, pp. 82-101

RODRIGUES, Fernando da Silva. A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa R. Mest. Hist., Vassouras, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./jun., 2011 pp. 31-52

SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições politico-institucionais (1850-1930). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 199-220, jun. 2008. Pp. 199-220

_____, A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. História, Franca, v. 29, n. 2, p. 71-94, Dec. 2010. Available

from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200005>.

SOUTO MALAN, Alfredo. Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro.

Fontes Consultadas

CRITTENBERGER, W. D. IV Corps Commander's Conference with Senior Officers of the Brazilian Expeditionary Forces, 03/02/1945; imagens 49-58, NARA II, RG 165, Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

KRONE, H. Proposed trip of General Gustavo Cordeiro de Farias to the United States, 26/03/1945; Imagem 69 e seguintes, NARA II, RG 333. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

LIBERTY, W. Report on visit to Escola Militar de Resende, 28/07/1945; Imagem 81, NARA II, RG 333.3 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

MILITARY ATTACHÉ, Combat training in the Brazilian Army; The Scholl for Infantry Sergeants, 04/09/1942, NARA II, RG 165, imagem 1. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

_____, Brazilian Expeditionary Force officers now on detail in Schools in the United States, 30/07/1943, NARA II, RG 165 Imagens 22-24 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

_____, Military Situation, 27/04/1944; NARA II, RG 165, Imagens 42-43 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

ORD, J. G. Memorandum for the assistant chief of staff, G-2; Observations of certain Brazilian Forces, 16/06/1943; NARA II, RG 165, imagens 2-11 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015

STRONG, J. Monthly activity report of the Ground Division, 01/08/1945; Imagem 89, NARA II, RG 333.3 Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/0B4_vclWzR_ouVFdVV3h3aXNKQkU Acesso em 30/11/2015